

- Não há reindustrialização sem competitividade sistêmica - energia confiável e acessível, logística eficiente, ambiente regulatório estável, tributação racional e, sobretudo, profissionais qualificados para a nova economia baseada em dados, semicondutores e serviços digitais.
- Essa foi a principal conclusão do painel *Política Industrial, Soberania e Futuro da Indústria Brasileira*, realizado durante a XIVª edição do Fórum de Lisboa, que começou em 1 de junho.

Representantes do governo, do Congresso Nacional e do setor privado convergiram na avaliação de que a fragmentação da globalização e a crescente preocupação com a segurança das cadeias produtivas exigem do Brasil uma estratégia que combine abertura econômica, diversificação de parceiros e fortalecimento da soberania tecnológica, sem cair no falso dilema entre integração internacional e protecionismo.

Durante sua participação, o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira, destacou que a indústria brasileira perdeu dinamismo de forma estrutural ao longo dos últimos anos. Segundo ele, o índice de produção industrial medido pelo IBGE caiu de 123 pontos, em 2010, para 102 pontos, em 2016, uma retração de aproximadamente 20% em apenas seis anos.

Oliveira também chamou atenção para a redução da produção de veículos no país e para a escassez de profissionais altamente qualificados em áreas estratégicas, como a indústria de semicondutores. Segundo ele, a demanda por milhares de doutores em engenharia contrasta com a formação anual de apenas algumas dezenas de especialistas.

Para reverter esse cenário, o presidente da CNseg defendeu uma agenda baseada em crescimento econômico sustentado, com inflação e juros mais baixos, tributação menos onerosa para a produção, investimentos contínuos em infraestrutura e uma política robusta de qualificação tecnológica. Na sua avaliação, sem esses pilares, iniciativas isoladas tendem a produzir resultados limitados.

Globalização fragmentada e novos desafios

O representante do Itamaraty junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Ciro Leal, destacou que o processo de fragmentação da globalização vem alterando a lógica tradicional do comércio internacional. Segundo ele, cada vez mais países estão dispostos a pagar um custo maior para garantir segurança energética, tecnológica e das cadeias de suprimentos.

Nesse contexto, acordos comerciais passam a assumir importância estratégica. Leal citou o acordo entre Mercosul e União Europeia como exemplo de cooperação pragmática construída ao longo de mais de duas décadas de negociações.

Para o diplomata, a diplomacia empresarial, a diversificação de riscos e a construção de parcerias de longo prazo tornam-se elementos centrais de uma política industrial moderna.

Competitividade como expressão da soberania

O senador Laércio Oliveira (PP-SE) defendeu que soberania nacional não significa isolamento econômico, mas sim capacidade de competir globalmente em condições adequadas.

Segundo ele, o Brasil precisa enfrentar de forma consistente o chamado “custo Brasil”, associado à elevada carga tributária, à burocracia, à insegurança jurídica e aos gargalos de infraestrutura.

O parlamentar também ressaltou a importância de ampliar a oferta de gás natural para atender à indústria e aos data centers, reduzir a dependência externa de fertilizantes por meio do PROFERT e avançar na desoneração da folha de pagamento para preservar empregos formais.

Para Laércio Oliveira, tarifas isoladas não substituem reformas estruturais capazes de aumentar a competitividade do país.

A nova industrialização é digital

Representando a Associação das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), o CEO Luiz Henrique Barbosa afirmou que a nova industrialização será construída sobre infraestrutura digital.

Segundo ele, cabos submarinos, satélites, computação em nuvem e grandes data centers já fazem parte da infraestrutura crítica das economias modernas.

Barbosa observou que o Brasil possui uma vantagem competitiva relevante por contar com uma matriz elétrica majoritariamente renovável. No entanto, alertou que essa vantagem pode ser desperdiçada sem previsibilidade regulatória e condições tributárias competitivas.

Na sua avaliação, sem um ambiente favorável, investimentos destinados ao Brasil poderão migrar para países vizinhos, como Chile, Argentina e Uruguai.

Soberania tecnológica e futuro da indústria

O ex-senador e ex-presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, destacou que a indústria do século XXI é cada vez mais baseada em serviços intensivos em tecnologia.

Para ele, soberania digital envolve o domínio de dados, semicondutores, infraestrutura tecnológica e energia. Sem capacidade tecnológica própria, afirmou, conceitos como “nuvem soberana” correm o risco de se tornarem apenas estruturas formais sem autonomia efetiva.

Viana também ressaltou que o cenário demográfico e as transformações do mercado global oferecem oportunidades importantes para o Brasil, desde que ciência, tecnologia e inovação sejam colocadas no centro da estratégia nacional de desenvolvimento.

Segurança jurídica e previsibilidade

Encerrando o debate, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, associou desenvolvimento sustentável à busca por equilíbrio fiscal, segurança jurídica e previsibilidade institucional.

O ministro criticou a rigidez orçamentária, o excesso de judicialização e a reabertura frequente de contratos, fatores que, segundo ele, contribuem para afastar investimentos e reduzir a confiança dos agentes econômicos.

Noronha defendeu respeito às leis aprovadas, racionalidade tributária e estabilidade institucional como elementos essenciais para conter o processo de desindustrialização e ampliar a competitividade da economia brasileira.

Ao final do painel, os participantes convergiram na avaliação de que o futuro da indústria brasileira dependerá menos de medidas protecionistas e mais da capacidade de construir um ambiente competitivo, inovador e conectado às transformações tecnológicas que já moldam a economia global.

Fonte: CNseg, em 01.06.2026